

## A RBEP E A FORMAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE: ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS PUBLICADOS ENTRE 2020 E 2024

 <https://doi.org/10.56238/arev7n3-167>

**Data de submissão:** 18/02/2025

**Data de publicação:** 18/03/2025

**Aline Ferreira de Souza**

Mestranda em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Pesquisador-tecnologista do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-5029-2446>

**Valdoir Pedro Wathier**

Doutor e Mestre em Educação (Gestão e Políticas Públicas Educacionais) pela Universidade Católica de Brasília. Docente/Pesquisador permanente do Programa Stricto Sensu de Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Católica de Brasília  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4651-0105>

### **RESUMO**

O texto apresenta uma análise das discussões promovidas pelos artigos publicados na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RBEP) sobre a formação e profissionalização docente. Destaca, ainda, a relevância desse periódico para o panorama educacional brasileiro desde sua criação, em 1944, até os dias atuais. Para embasar a investigação, foi realizada uma pesquisa bibliográfica abrangendo o período de 2020 a 2024, envolvendo 54 artigos que abordaram o tema. Esses estudos foram divididos em cinco subtemas: história da educação, política de formação; formação inicial; formação continuada; e trabalho docente. Os artigos analisados oferecem múltiplas perspectivas sobre o tema discutido, contribuindo para refletir, revisitar e estruturar novas políticas voltadas à superação de desafios associados à formação e profissionalização docente, além de proporcionar aos pesquisadores acesso a uma ampla diversidade de estudos acadêmicos.

**Palavras-chave:** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Formação de professores. Trabalho docente.

## 1 INTRODUÇÃO

A educação das novas gerações tem suscitado discussões, em diferentes níveis e perspectivas, sobre a qualidade do ensino no país, a capacitação dos professores e suas condições de trabalho, as políticas educacionais implementadas, etc. (Gatti, 2012).

Esse debate envolve o poder público, a sociedade e os próprios professores e evidencia a importância de valorizar a docência e reconhecer seu papel central na construção de uma educação de qualidade, bem como de posicionar a educação como um bem público e um recurso indispensável para o desenvolvimento de uma nação (Cericato, 2016). No entanto, o Brasil ainda enfrenta dificuldades para alcançar os padrões mínimos necessários que coloquem a profissão docente à altura de sua responsabilidade pública perante os milhões de estudantes (Gatti, 2009).

Nesse sentido, há uma necessidade urgente de as políticas educacionais contemplarem ações que promovam uma carga horária compatível com as responsabilidades da docência, aliadas a oportunidades de crescimento e desenvolvimento profissional. É essencial priorizar o aumento do tempo destinado ao planejamento, avaliação e preparação das atividades pedagógicas, além de enfrentar questões como os baixos salários, as precárias condições de trabalho, a intensificação das tarefas docentes, a escassez de apoio pedagógico, os desafios de gestão educacional, a baixa atratividade da carreira e as exigências decorrentes das novas dinâmicas socioculturais contemporâneas (Cericato, 2016; Gatti, 2012).

A qualidade da educação também exige uma reflexão sobre o perfil dos formadores de professores, que devem possuir uma sólida preparação tanto em conhecimentos específicos quanto em didática. O atual perfil exigido para contratação em universidades públicas, que dá prioridade ao pesquisador, precisa ser debatido. Caso contrário, corre-se o risco de que os formadores de professores sejam profissionais que, frequentemente, não tenham estudado didática ou não compreendam os aspectos pedagógicos essenciais ao trabalho docente e à prática de ensino (Gatti, 2014 *apud* Cericato, 2016).

É igualmente importante incluir nas discussões a formação continuada de professores, destacando o fato de que, atualmente, ela tem sido utilizada para suprir as lacunas deixadas pela formação inicial, o que representa um desperdício de recursos financeiros (Cericato, 2016). É necessário reestruturar a formação continuada, direcionando-a para o aprofundamento e a inovação. Esse processo deve abordar dificuldades específicas de cada professor e escola, por meio de projetos individuais ou coletivos, integrados a universidades, grupos de pesquisa e projeto político-pedagógico das instituições escolares (Cericato, 2016).

Todas essas ações estão alinhadas ao aumento significativo de pesquisas sobre a formação e profissionalização docente, abordadas sob diferentes perspectivas. Este trabalho busca identificar como essas discussões se refletem nos artigos publicados pela RBEP no período de 2020 a 2024, cujas contribuições podem oferecer subsídios valiosos para gestores no campo das políticas públicas, bem como proporcionar aos pesquisadores acesso a uma ampla diversidade de estudos acadêmicos, fato que justifica este trabalho.

Para tanto, o artigo está organizado da seguinte maneira: a primeira seção apresenta a trajetória da RBEP, destacando os principais marcos desde sua criação até os dias atuais; a segunda seção explora as contribuições dos autores da RBEP no período de 2020 a 2024, abrangendo seu perfil, as instituições às quais estão vinculados e os temas tratados nos estudos; por fim, a terceira seção analisa os artigos que compõem o *corpus* da temática investigada.

A escolha da RBEP como objeto desta pesquisa fundamenta-se em sua extensa trajetória como periódico de referência na área educacional, além de ser uma forma de celebrar seus 80 anos de existência em 2024. Segundo Azevedo (1964 *apud* Alvarenga, 1996, p. 92):

[a revista] contribuiu de modo notável para a análise e o debate dos problemas da educação no Brasil trazendo a todos - administradores, reformadores e professores em geral - teorias e dados concretos para fazerem uma ideia tão clara quanto possível da situação do ensino de todos os tipos e graus, dos problemas mais graves que teriam que enfrentar e de suas soluções mais adequadas.

## 2 A REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS (RBEP)

Antes de abordar a história da revista, necessita-se situar o leitor de que a RBEP faz parte da linha editorial do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão que foi instituído com missão de realizar e fomentar a pesquisa educacional, organizar a documentação e a disseminação de informações sobre a educação no país (Brasil, 1938). Gandini (1995 *apud* Sguissard; Silva Junior, 1998) evidencia que o Inep não se restringia a atuar como mero órgão técnico, integrava o aparato estatal na área da educação, desempenhando o papel de propor e fundamentar, de forma técnica e científica, as diretrizes da política educacional durante o Estado Novo, um período marcado pela afirmação do ponto de vista nacional na condução dos desafios pedagógicos no Brasil.

Em julho de 1944, nos momentos finais do Estado Novo, a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (Rbep) foi criada por iniciativa de Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde, e Lourenço Filho, então diretor do Inep (Costa, 2012). Como órgão oficial de estudos e pesquisas pedagógicas do ministério, a revista tinha como objetivo divulgar mensalmente os atos legislativos e administrativos relacionados à educação, além de abordar e disseminar reflexões sobre “problemas gerais da pedagogia, mas, principalmente, os desafios educacionais” (Kistemacher, 2010, p. 83).

De acordo com Sguissardi e Silva Junior (1998, p. 97), o editorial inaugural da revista manifestava o propósito de contribuir para o desenvolvimento de uma mentalidade pública mais esclarecida sobre a educação, além de registrar “os rumos da pedagogia brasileira na fase, em que se encontra, de viva renovação e de clara afirmação social”.

Nesse sentido, Kistemacher (2010, p. 79) destaca que “a política de publicações do Inep se aproxima da perspectiva de promoção da formação de uma consciência nacional”. Assim, a revista direcionou seus esforços tanto para a divulgação de estudos voltados à compreensão da realidade educacional brasileira quanto para a publicação de manuais destinados à renovação das práticas pedagógicas (Kistemacher, 2010).

Na apresentação da primeira edição, Capanema definiu a diretriz que a Rbep seguiria, afirmando que as discussões teóricas no campo da educação já não seriam mais necessárias, uma vez que a revista adotaria a perspectiva da Escola Nova e dos métodos ativos (Rothen, 2005). Gandini (1990, p. 22) ressalta:

O que se pode afirmar, pela própria publicação, é que seguramente não fez a divulgação de textos marxistas ou de doutrinas bolchevistas, como recomendava Alceu Amoroso Lima. Entretanto, manteve-se perfilada à tendência escolanovista, que aquele pensador católico combatia com bastante vigor, considerando-a naturalista, imediatista e estatista.

Segundo Sguissardi e Silva Júnior (1998), a criação da revista por Capanema aconteceu em um contexto de estreita colaboração com representantes da igreja católica, sobretudo Alceu de Amoroso Lima, cujas ideias, marcadas pelo conservadorismo, oposição ao marxismo e defesa do apoio do estado para as instituições de ensino católicas, exerçeriam forte influência sobre a atuação do ministério no período de 1934 a 1945.

Ainda conforme os autores, a atuação singular do então ministro da Educação e Saúde impediu que a influência dessa liderança católica tivesse um impacto mais determinante sobre a nova revista. Assim, nos primeiros anos, a Rbep manteve-se alinhada à tendência escolanovista, duramente criticada por Alceu, que a descrevia como naturalista, materialista, imediatista e estatista. Gandini (1995, *apud* Sguissardi e Silva Junior, 1998) observa que Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira foram excluídos de colaborar com a revista nos primeiros anos devido à interferência de Alceu, que os considerava marxistas e comunistas.

O editorial e a apresentação do primeiro número da revista possuem grande relevância, pois evidenciam no discurso de Lourenço Filho a defesa da autonomia do Inep em relação ao Ministério da Educação; estabelecem a linha editorial da revista, que, de modo geral, será mantida até 1980; e

apresentam a estrutura das seções da publicação, que permanecerá essencialmente inalterada até a década de 1970, sofrendo mudanças mais significativas apenas em 1983 (Rothen, 2005).

Segundo Kistemacher (2010, p. 86), a RBEP:

foi dividida em cinco seções primárias, a saber, Editorial; Ideias e Debates, principal seção, em que eram publicados artigos, conferências, palestras; Documentação, que publicava relatórios de pesquisa, relatórios de exposições e de congresso, etc.; Vida Educacional e Atos Oficiais. E quatro seções secundárias, Informações dos Estados; Informações do Estrangeiro; Bibliografia e Através das Revistas e Jornais. No ano de 1960 foi inserida a seção secundária: Notas para a História da Educação, inaugurada com a republicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e, excluída, por sua vez, a seção Vida Educacional.

Após o número 76, a Seção “ideias e Debates” passou a ser nomeada de “Estudos e Debates”. Apesar da mudança de nome, seu papel no contexto do periódico permaneceu inalterado (Kistemacher, 2010). Em relação aos temas apresentados nessa seção, Gandini (1990, *apud* Kistemacher, 2010, p. 86) evidencia que se tratava sobretudo de artigos que abordavam a “psicologia aplicada à pedagogia e à organização do trabalho, seguida de artigos sobre a educação em outros países, aspectos da história da educação nacional, metodologias do ensino, níveis e particularidades do ensino no Brasil e, ainda, as estatísticas educacionais”.

Em relação à periodicidade, nos primeiros anos, esta era mensal, passando brevemente a ser bimestral, depois trimestral e, na década de 1970, tornou-se quadrimestral (Kistemacher, 2010). A partir de 2023, passou a ter o fluxo contínuo.

Murilo Braga assumiu a direção geral do Inep após a saída de Lourenço Filho. Na gestão de Murilo, após o Estado Novo, Milton de Andrade Silva assumiu a editoria e dedicou-se para manter o padrão científico da Rbep, contando com a contribuição de especialistas da área (Kistemacher, 2010). Nessa fase, conforme Britto (2008), houve o predomínio de uma abordagem mais centrada na pedagogia, com foco nas questões relacionadas à administração escolar, à orientação vocacional e à psicologia educacional. Também se destaca o resgate histórico da educação brasileira no período do Império e da República (Britto, 2008).

Após o falecimento de Murilo Braga e com o retorno de Vagas ao Poder em 1951, Anísio Teixeira assume a direção do Inep. Sua gestão, que abrangeu o período de 1952 a 1964, trouxe uma nova orientação para a filosofia editorial da revista. A publicação passou a enfatizar uma visão mais ampla da educação brasileira, destacando-se a democratização do ensino e a justiça social nessa área (Britto, 2008).

No Congresso Nacional, tramitava a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4024/1961), o que fez com que a revista se tornasse um reflexo das intensas discussões. Ela passou a representar o contraponto de opiniões entre dois grupos: de um lado, aqueles que defendiam

a formação comum do povo brasileiro mediante a escola pública, com ênfase na qualidade do ensino e sua expansão; de outro, os que priorizavam o ensino particular, ao argumentar que, dessa forma, assegurava a liberdade das famílias na escolha do tipo de formação desejada para os filhos, sendo esse o principal ponto de defesa desse grupo (Britto, 2008).

Nessa fase e até o regime militar, não existia um conselho editorial da Rbep (Kistemacher, 2010). A matéria reunida para cada número era submetida à análise, apreciação e parecer do diretor do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Essa constatação, conforme Kistemacher (2010), permite concluir que, em certa medida, a linha editorial inicialmente proposta para a revista foi seguida. Essa questão também foi trazida por Rothen (2005), o qual salienta que até o número 97, publicado em janeiro/março de 1965, os editores da revista não eram identificados. Em vez disso, eram mencionados apenas os nomes dos diretores do Inep/CBPE, o que sugere que esses dirigentes eram os responsáveis pela definição da linha editorial. A partir desse número, o crédito passou a ser dado diretamente as pessoas envolvidas na elaboração das edições.

Após o golpe de 1964, Anísio Teixeira foi afastado da direção do órgão (Britto, 2008). Houve a cogitação da extinção do Inep, como consequência, da Rbep, o que era reivindicado por setores vinculados ao ensino privado. Houve a nomeação para a direção do órgão do Professor Carlos Pasquale, vinculado à gestão do Sindicato de Estabelecimentos Particulares de Estado de São Paulo. Contudo, o novo diretor manteve a equipe de Anísio Teixeira, dando continuidade a Rbep. Ainda nessa gestão, criou-se o conselho editorial, que passou a se reunir a cada três meses para apreciar a matéria do número vigente e dos próximos (Britto, 2008).

Nesse período, houve predomínio na política editorial de temas relacionados ao planejamento, à administração e ao financiamento da educação, tendo em vista as iniciativas como o Censo Escolar Nacional, o salário-educação, as conferências nacionais e os colóquios estaduais para a organização dos sistemas de ensino (Britto, 2008). Um episódio inusitado marcou a edição de número 134, dedicada ao tema Filosofia da Educação. A publicação trouxe contribuições de diversas correntes de pensamento, como a dialética, a antropologia, a fenomenologia, o existencialismo e o estruturalismo. Em pleno auge do regime militar, no ano de 1974, o conteúdo chamou a atenção do gabinete do ministro da Educação, que determinou o recolhimento de todos os exemplares. Contudo, essa medida não pôde ser executada, já que a distribuição havia sido concluída pelos correios (Britto, 2008).

No final de 1976, o Inep foi transferido para Brasília, o que mais uma vez colocou em risco a continuidade do órgão e da RBEP (Britto, 2008). Na capital, o Instituto, dirigido pela professora Maria Mesquita de Siqueira e, posteriormente, pela professora Maria Santos de Faria, manteve suas atividades em uma estrutura reduzida, contando apenas com as coordenadorias de documentação e

pesquisa e com seções voltadas ao apoio e planejamento (Britto, 2008). Apesar das limitações, graças à dedicação dos servidores, alguns números da revista foram publicados, embora de forma irregular. Entre eles, destacam-se uma edição temática sobre literatura infantil e outra focada na avaliação da pesquisa educacional (Britto, 2008).

A RBEP retomou sua publicação, com o apoio expressivo de um comitê editorial composto por especialistas em educação de diversas universidades, apenas na gestão da professora Lena Castelo Branco (Britto, 2008). Essa fase é considerada uma das mais produtivas da revista, já que houve a contribuição da nova elite de educadores formados nos cursos de pós-graduação, estruturados pela reforma universitária de 1968 (Britto, 2008). Durante o governo Collor, tanto o Inep quanto a RBEP enfrentaram novas ameaças, levando à suspensão da publicação por alguns anos. Sob a direção de Maria Helena Castro, as edições foram retomadas, agora com um visual e formato diferentes dos 187 números anteriores (Britto, 2008). Até a edição 187, os planos iniciais para publicação do periódico foram desenvolvidos por Lourenço Filho, primeiro diretor do Inep. O *design* gráfico da revista foi inspirado no *Boletim do Bureau Internacional do Trabalho* e sua primeira edição impressa pela Imprensa Nacional. Muitas características da revista refletiam traços do periódico *Boletim de Educação Pública*, criado por Anísio Teixeira durante sua gestão no Departamento de InSTRUÇÃO Pública da Prefeitura do Distrito Federal (Alvarenga, 1996).

Ao longo da trajetória do Inep e da história da RBEP, marcadas por descontinuidades e crises, fortemente influenciadas pelo contexto da época (Saraiva; Laux; Cunha, 2023), a revista se consolidou como um dos grandes principais meios de investigação e disseminação científica na área da educação, estabelecendo como núcleo central debates sobre os diversos temas educacionais. Nesse diálogo virtuoso, o tempo passou, a educação brasileira evoluiu e se desenvolveu, alinhando-se ao progresso do país (Costa, 2012). O Inep vem desempenhando o papel de um órgão integrante do aparato estatal, atuando tanto no suporte à formulação de políticas públicas quanto na influência sobre o pensamento educacional brasileiro. Essa atuação se dá por meio de diagnósticos, estudos e publicações, nas quais a RBEP sempre ocupou um papel de destaque. A revista tornou-se um importante espaço editorial de diálogo e mediação entre o Estado e a sociedade (Sguissardi; Silva Junior, 1998). Em 2024, a RBEP celebra 80 anos de existência, carregando consigo um legado significativo de reflexões sobre o panorama educacional brasileiro.

### **3 A RBEP E A FORMAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE NO PERÍODO 2020 A 2024**

A RBEP está inserida em um contexto marcado pela crescente valorização da produção e disseminação de conhecimentos científicos e acadêmicos em diversas áreas do saber. Entre 2020 e 2024, a revista refletiu, em certa medida, os interesses políticos, institucionais, econômicos, sociais e culturais desse período, enquanto promovia a difusão de princípios, conceitos e valores relacionados à educação (Kistemacher, 2010).

Nessa conjuntura, a escolha da RBEP para esta pesquisa baseia-se tanto em sua característica de periódico especializado, o que a torna fonte privilegiada para o estudo de diversas questões relacionadas à educação (Moura; Borba, 2022), quanto na comemoração dos seus 80 anos em 2024.

Este artigo apresenta uma investigação bibliográfica, tomando-se os estudos publicados na RBEP que abordam a formação e profissionalização docente no período de 2020 a 2024. Para o levantamento sistemático, com o intuito de abranger um maior número de trabalhos, a estratégia metodológica iniciou-se pela leitura, em um primeiro momento, de todos os resumos do volume 101, número 257 de 2020 até o último publicado no fluxo contínuo de 2024. O segundo momento abrangeu a seleção dos artigos que versavam sobre a temática investigada e, por fim, houve a leitura daqueles que representavam o *corpus* mais significativo para a análise. Com a celebração dos 80 anos da RBEP, tornou-se pertinente também analisar o perfil dos pesquisadores e a classificação dos temas publicados na revista entre 2020 e 2024. Para isso, foram selecionados 179 artigos no total; entretanto, apenas 54 textos relacionados especificamente à formação e profissionalização docente foram considerados para a investigação proposta.

Assim, antes de adentrar a temática pesquisada no estudo, será explicitado o perfil de educadores e importantes intelectuais das mais diversas áreas de conhecimento que deixaram suas marcas na revista ao longo de 2020-2024. Os autores que publicaram nesse período abordaram uma ampla diversidade de temas, perspectivas e enfoques relacionados à área e ao sistema educacional. Além de ressaltar a importância de conhecer o perfil desses autores, destaca-se também a atenção dada à distribuição temática dos artigos.

Diante disso, de 2020 a 2024, ao desagregar os dados dos pesquisadores que publicaram na revista por sexo, verificou-se que do total de 436 autores, 281 (64, 45%) são mulheres e 155 (35,55%) são homens. Quanto às instituições educacionais, os autores estão afiliados a 117 (84, 17%) instituições de ensino superior diferentes e a 22 (15, 83%) outros órgãos educacionais, distribuídos em todas as regiões do Brasil, bem como em países como Portugal, Espanha, Argentina, México, Estados Unidos, Itália e Uruguai.

Os dados, ao serem desagregados de acordo com os temas observados na revista no período analisado, estão distribuídos da seguinte forma: tecnologias da educação (4); neuroeducação (7); livros didáticos (3); formação e profissionalização docente (54); educação especial na perspectiva de educação inclusiva (22); gestão de instituições educacionais (4); avaliações externas (11); políticas públicas (16); cidadania e democracia (5); interculturalidades/culturas (11); história da educação (11); uso de ferramentas pedagógicas para o ensino (8); currículo (8); cotas/ações afirmativas (5); educação ambiental e sustentabilidade (2); EJA (2); outros (25). Foram selecionados 179 artigos, que puderam ser organizados de diferentes maneiras com base em seus temas, ou seja, um mesmo artigo poderia se enquadrar em um ou mais temas. Essa seleção revela uma coerência com o *corpus* analisado, uma vez que a temática escolhida para a investigação corresponde ao tema mais frequente na revista no período de 2020 a 2024.

### 3.1 FORMAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE

Ao longo dos anos, verifica-se uma diversidade de contribuições significativas para a compreensão de aspectos relacionados à formação e profissionalização docente. Esse tema, seja de forma isolada ou em conexão com outros tópicos, tem atraído a atenção de governantes, formuladores de políticas educacionais, pesquisadores, profissionais da mídia e da sociedade em geral (Pereira; Peixoto, 2009). Frequentemente, os estudos abordam questões como o lócus da formação, a relação entre teoria e prática, a identidade e o trabalho docente, a proletarização da profissão, a certificação baseada em desempenho e competências, a formação inicial e continuada, bem como as trajetórias de vida dos docentes, as políticas públicas, os processos de ensino e aprendizagem, os sistemas de avaliação, a gestão educacional, etc. (Pereira; Peixoto, 2009).

Essas questões estão, de certa forma, interligadas, pois a formação docente não pode ser desvinculada das condições de trabalho associadas à carreira. Fatores como baixos salários, condições precárias de trabalho, intensificação das atividades, falta de apoio pedagógico, desafios de gestão educacional, baixa atratividade da profissão e as exigências impostas pelas novas dinâmicas socioculturais contemporâneas acabam por limitar a atuação dos professores, mesmo que bem formados, além de desestimular a procura por cursos de formação docente (Saviani, 2009; Gatti, 2012).

Os artigos aqui trazidos acrescentam vários ângulos relativos às questões levantadas, trazendo contribuições para se pensar, repensar e estruturar novas políticas de ação para a superação da problemática condição da formação e profissionalização docente (Gatti, 2012).

O *corpus* analisado compreendeu 54 artigos, organizados e estudados em cinco subtemas, conforme propostos por Gatti (2012): história da educação (2); política de formação (5); formação inicial (15); formação continuada (9); e trabalho docente (23). Esses dados revelam que a formação e profissionalização docente foi tema recorrente na revista durante o período analisado, sendo o mais frequentemente abordado. A seguir, os estudos serão detalhados conforme os subtemas identificados.

### **3.2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**

Nesta seção, apresentam-se dois artigos que trazem aspectos da história da educação relacionados à formação docente no Brasil. No primeiro artigo, é investigada a formação de professoras rurais em Mato Grosso e no Território Federal de Guaporé, no período de 1941 a 1947 (Souza; Ferreira, 2022). Nas duas localidades houve pouco investimento na criação de instituições e na oferta de cursos voltados à formação de professoras para o meio rural, destacando que esse investimento não era uma prioridade governamental. Havia um foco, por parte desses governos, em interesses políticos e eleitoreiros, privilegiando cursos rápidos de formação em detrimento de um investimento mais sólido e planejado na educação. Outro aspecto abordado, era a quantidade de docentes leigos atuando nas escolas e a falta de professoras com competências e habilidades para trabalhar em escolas rurais, pois estas não tinham familiaridade com o meio em que estavam inseridas. Também pode destacar a imputação da responsabilidade pela baixa qualidade do ensino às docentes, embora fosse de conhecimento dos governantes a falta de recursos para a formação de professoras rurais.

Quanto ao segundo artigo, este trata do impacto do feminino no trabalho pedagógico no Rio Grande do Sul no século 19 (Ferreira, 2024). Nesse estudo, é evidenciado o enaltecimento de valores como abnegação, dedicação, altruísmo e espírito de sacrifício como um discurso direcionado a mulheres que exerciam a profissão docente à época, enquanto se oferecia uma remuneração baixa. É instigado o debate de que, em uma sociedade marcada pelo paternalismo e machismo, em que as características subjetivas femininas sempre estiveram subordinadas às decisões masculinas, compreender o impacto feminino no trabalho pedagógico é essencial para elaborar estratégias de luta mais coerentes e transformadoras, capazes de enfrentar os desafios que comprometem a valorização do magistério. Diante disso, contextualiza-se que as docentes cuidavam tanto da educação quanto da moralização das crianças e deveriam ser referência socialmente reconhecida por representar os ideais de moralidade da época. Além disso, o estudo demonstra a diferença de tratamento dada ao trabalho pedagógico de mulheres e homens, uma vez que aquelas deveriam trabalhar em instituições primárias, em virtude de questões maternas e de afetividade, enquanto os homens desenvolviam estudos ligados

ao raciocínio e à ciência. Outro fato trazido é o emprego da palavra “tia”, oriundo da concepção da época de que as mulheres solteiras só poderiam ser professoras se tivessem mais de 25 anos, o que salienta valores que reforçavam a estrutura patriarcal.

### **3.3 POLÍTICA DE FORMAÇÃO**

Nesse subtema, são apresentados cinco artigos: três que abordam a Base Nacional Comum para a Formação de Professores (BNC-Formação de professores) e dois, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid).

Ao se conjugar o artigo de Gontijo *et al.* (2023) com o de Ximenes e Melo (2022), verifica-se que ambos mostram os dilemas e as contradições de políticas como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a BNC-Formação de Professores.

Em ambos os textos, os autores argumentam que essas políticas se inserem no sistema educacional por meio de diretrizes reguladoras voltadas para atender aos interesses do mercado, em prejuízo de uma formação integral dos indivíduos. Destacam, ainda, que a separação entre ensino e aprendizagem, conteúdo e forma, promovida pela BNCC e pela BNC-Formação de Professores, resulta em uma ruptura entre epistemologia e ontologia. Essa abordagem reduz a atividade docente à execução alienada centrada em conteúdos que enfatizam apenas o aspecto “pedagógico” (forma).

Além disso, alertam que as contradições e tensões no processo de construção dessas políticas formativas, orientadas pela lógica de privatização da escola pública, ignoram as conquistas históricas e as lutas de movimentos, entidades e coletivos de professores. Como consequência, essas políticas acentuam problemas estruturais já existentes no sistema educacional brasileiro, como a instrumentalização da práxis educativa e a alienação do trabalho docente, afastando-se do ideal de uma educação pública transformadora.

Com uma abordagem distinta, mas ainda centrada na BNC-Formação de professores, o artigo de Silva, Guilherme e Brito (2023) analisa os possíveis impactos dessa política no curso de pedagogia. O estudo sugere que a BNC-Formação poderá introduzir elementos de especialização nas formações e aumentar o foco nas atividades práticas relacionadas à atuação docente, uma vez que, segundo os autores, o curso está ancorado em regulamentações e paradigmas já superados, o que reforça limitações históricas como a indefinição dos papéis profissionais e da própria natureza da formação.

Outra política abordada nesta seção é o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid). Uma característica que distingue o Pibid de outros programas é a possibilidade de os professores da educação básica assumirem papel de coformadores, envolvendo-se em atividades como supervisão, planejamento e implementação de práticas didático-pedagógica inovadoras (Luz;

Bego, 2024). Contudo, verificou-se que a política carece de diretrizes claras que orientem as instituições de ensino superior a consolidarem o papel do professor da educação básica como supervisor, dentro da perspectiva de conformação (Luz; Bego, 2024).

Outro aspecto analisado no programa refere-se aos impactos dessa política nas trajetórias formativas de ex-bolsistas (Bartochak; Sanfelice, 2023). Constatou-se que o Pibid contribuiu para o ingresso desses sujeitos em cursos de pós-graduação, favoreceu a transição de estudantes para professores e influenciou positivamente a decisão de permanecerem na docência.

### 3.4 FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE

A formação inicial de professores é um elemento fundamental para garantir a qualidade e a eficácia do processo educacional. A maneira como os futuros docentes são preparados para ingressar na profissão influencia diretamente suas práticas de ensino e a forma como relacionam com os alunos (Medeiros *et al.*, 2024). Além disso, essa formação deve capacitar os professores com competências técnicas, pedagógicas e sociais relevantes para enfrentar a complexidade escolar, o que exige não apenas o conhecimento teórico, mas também a habilidade de aplicar de maneira prática e eficaz em situações reais (Medeiros *et al.*, 2024).

Nesse contexto, esta seção apresenta 15 artigos, que exploram inovações e transformações indispensáveis para o aprimoramento da formação de professores no Brasil, perpassando temas como:

- Educação inclusiva e diversidade: o preparo para lidar com a diversidade e inclusão vem ganhando destaque na formação de professores, uma vez que estes precisam trabalhar com alunos de diferentes contextos culturais, sociais e da educação especial. Neste tópico há dois artigos: um que aborda a interculturalidade com a formação de professores indígenas (Sanchez; Leal, 2021) e outro que traz a educação inclusiva e as interconexões entre formação e ação docente (Leme; Toledo, 2024).
- Metodologias ativas e inovação: a adoção dessas metodologias requer um planejamento que ultrapasse a simples transmissão de conteúdos, incorporando atividades que promovam a interação e a participação ativa dos alunos. Essas metodologias frequentemente estimulam habilidades como trabalho em equipe, pensamento crítico, criatividade etc., demandando professores capacitados para desenvolvê-las em sala de aula. Nesse contexto, destacam-se os estudos de Suassuna (2020), Rocateli *et al.* (2020), Cacete, Duraes e Moura (2021) e Neitzel, Pareja, Santos (2022).
- Políticas educacionais: essas políticas desempenham um papel fundamental na formação inicial dos professores, orientando as práticas pedagógicas e as condições de trabalho, bem

como procuram responder às demandas de qualidade na educação. Nessa seara, o estudo de Ferreira *et al.* (2020) analisa as categorias de autoeficácia e satisfação no trabalho docente entre participantes do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor).

Além desses temas, encontram-se artigos que versam sobre currículo (Schwingel; Araújo, 2021), fragilidades da formação docente (Faria, 2022; Quintanilha *et al.*, 2023), comparações de modelos formativos entre Brasil e Portugal (Cachapuz; Shigunov Neto; Silva, 2020); trabalho com pesquisa (Libardi; Gomes; Araújo, 2021); importância da didática para a formação docente (Martins; Teixeira Júnior, 2021), fundamentos das teorias histórico-culturais com vistas à humanização de crianças (Marques; Martins, 2024) e contribuições formativas do estágio de aperfeiçoamento docente (Julião; Velásquez; 2024).

Assim como Gatti (2012) verificou em seus estudos sobre a formação docente, neste artigo também se observa que as pesquisas citadas evidenciam valiosas contribuições para a formação de licenciandos, ao promoverem uma articulação entre teoria e prática, pesquisa e ação pedagógica.

### 3.5 FORMAÇÃO CONTINUADA

A formação continuada, além de desempenhar um papel essencial ao complementar as lacunas da formação inicial, deve contribuir para que os professores se mantenham atualizados com as tendências e inovações educacionais. Esse processo precisa abordar dificuldades específicas de cada professor e escola, por meio de projetos individuais ou coletivos, em colaboração com universidades, grupos de pesquisa e projeto político-pedagógico das instituições escolares, o que favorece a identificação e resolução ágil de conflitos, desafios e dificuldades, resultando em um processo educativo mais eficaz e integrado (Cericato, 2016).

Diante disso, foram examinados nove artigos sobre a formação continuada docente. Um ponto observado por dois artigos foi a dimensão humana. No caso de Santos e Santos (2024) o contexto se relacionava ao sentido da vida, um aspecto central da existência humana e que vem ganhando destaque no campo educacional. O curso de extensão analisado buscou identificar os saberes essenciais para uma pedagogia voltada ao sentido da vida, entre os quais se destacam: 1) valorizar a integralidade da pessoa; 2) desenvolver a consciência crítica; 3) ensinar habilidades de escolha; 4) promover o diálogo; 5) relacionar o conteúdo curricular ao contexto de vida do estudante; 6) encontrar propósito na prática docente; 7) ser resiliente; 8) desenvolver-se pessoal e profissionalmente.

Já na pesquisa de Bolsarin e Arantes (2024), foram investigadas as representações dos professores sobre a profissão docente, o que proporcionou uma reflexão sobre o lugar que a docência ocupa nos projetos de vida do educador, considerando-o como ser humano completo, tendo sonhos, desejos, angústias, necessidades pessoais, sociais e profissionais.

O artigo de Rossi e Hunger (2020) traz que a formação continuada é uma dimensão essencial da constituição da identidade docente. Assim, destacou-se o papel da formação como um espaço privilegiado para a reflexão e a re(construção) coletiva de saberes, bem como para a ressignificação de interpretações sobre o que é ser professor. Ficou evidente a necessidade urgente de ações educativas e políticas públicas voltadas para o fortalecimento dos vínculos profissionais, promovendo a consolidação do coletivo docente e a valorização do sentimento de pertença a um grupo social específico, com uma identidade singular.

Dois outros estudos abordaram o tema da educação inclusiva, ampliando o debate sobre o assunto. O primeiro trata de uma investigação que busca alternativas para a formação continuada de profissionais da educação, com ênfase na inclusão escolar de alunos que fazem parte do público-alvo da educação especial. A pesquisa foi conduzida por meio da criação de grupos de reflexão, estruturados em colaboração entre uma universidade e redes municipais de ensino. Esses grupos serviram como espaços acolhedores para a troca de experiências, análise das posturas adotadas, discussão sobre os conhecimentos adquiridos, além da identificação de demandas, necessidades e desafios enfrentados. Também foram utilizados para planejar e organizar novas iniciativas voltadas para a inclusão (Almeida *et al.*, 2023).

O segundo artigo baseia-se nas concepções de Meirieu para abordar a formação continuada de professores e a adoção de práticas inclusivas. A pesquisa destaca como determinados olhares podem consolidar “laudos” que sustentam a crença de que os alunos são ineducáveis, uma visão marcada pelas percepções de limitações e impossibilidades. Diante disso, foi enfatizada a importância de apostar na educabilidade e de conceber a escola como espaço inclusivo para todos, tendo em vista que são mediadas as aprendizagens de pessoas, e não de suas deficiências, um passo essencial para romper com os processos de exclusão que ainda persistem nas escolas e salas de aula (Vieira *et al.*, 2020).

Quanto ao uso de metodologias ativas para o processo ensino-aprendizagem, o estudo de Leite e Trevisan (2024) traz as contribuições de sequências didáticas investigativas para a construção do conhecimento de docentes, oferecendo novos processos de aprendizagem que incluem momentos de diálogos, discussões e trocas de saberes. Além disso, a formação buscou incentivar os professores a refletirem sobre suas próprias práticas, já que cria espaços para questionamentos e sistematização dos aprendizados, o que promove um processo mais crítico e colaborativo.

Nesse contexto, Lima *et al.* (2023), por meio da implementação da Clínica da Atividade Docente, buscam promover a conscientização de educadores sobre sua prática docente ao possibilitar a recriação de suas ações, resultando na transformação tanto da interação entre professor-aluno quanto do conhecimento trabalhado no ambiente escolar.

Para finalizar, há ainda neste subtema um artigo que aborda uma divisão na formação *stricto sensu* no Brasil para a área de Educação Física, em que se evidenciam um projeto formativo pautado na pesquisa e outro que prestigia à docência (Teixeira *et al.*, 2020). E há, ainda, um artigo que relata o desafio para a formação didático-pedagógica de professores para o ensino jurídico, a qual ocorre, prioritariamente, em cursos de mestrado e doutorado (Tiroli; Santos, 2023).

### 3.6 TRABALHO DOCENTE

Este subtema recebeu ampla atenção no período analisado, sendo abordado em 23 estudos. Essas pesquisas têm como objetivo compreender os sujeitos e suas interações, considerando suas experiências e a dinâmica interna dos processos de trabalho.

Os desafios enfrentados no início da carreira docente foram abordados em cinco estudos (Rech; Boff, 2021; Aimi; Monteiro, 2022; Cavalcanti; Capecchi; Gomes, 2022; Ávila *et al.*, 2023; Souza; Cruz, 2023). Entre esses desafios, estão a falta de orientação, apoio entre pares, acompanhamento institucional e gestão emocional. Ávila *et al.* (2023) destacam, ainda, a frágil integração entre os cursos de licenciatura e a prática docente. Outro obstáculo também recorrente nesses estudos é a falta de uma formação continuada, que permita aos professores problematizarem e reconstruírem seus saberes práticos, tanto de forma individual quanto coletiva (Rech; Boff, 2021).

Os sistemas apostilados de ensino foram examinados na pesquisa de Ortiz, Denardin e Savi Neto (2021). Segundo os autores, esse modelo afasta os professores dos aspectos intelectuais, reflexivos e críticos da profissão, aproximando-os de um perfil técnico. Nesse contexto, o docente é restrito à aplicação de métodos de ensino predefinidos por objetivos educacionais externos, resultando em uma autonomia apenas aparente.

Ao analisar as pesquisas relacionadas à diversidade escolar, identificam-se três artigos que tratam da educação inclusiva. Dentre eles, dois abordam o Transtorno do Desenvolvimento da Coordenação – TDC (Maia; Souza; Ferreira, 2021; Maia *et al.*, 2023) e destacam que os transtornos motores continuam sendo pouco considerados no contexto escolar. Os autores enfatizam a importância de conscientizar pais, responsáveis, educadores e outros profissionais envolvidos no desenvolvimento integral dos alunos sobre esse transtorno, suas consequências e seus impactos nos diferentes aspectos da vida. Além disso, apontam que o desconhecimento acerca do TDC e de seus fatores associados

dificulta tanto a tomada de decisões quanto a implementação de intervenções eficazes, capazes de atender às necessidades cognitivas, afetivas, sociais e motoras dos alunos.

Já Mamcasz-Viginheski *et al.* (2024) investigam a percepção de professoras que trabalham na área da deficiência visual acerca do Transtorno Específico da Aprendizagem (Teda) em matemática e a manifestação em estudantes com cegueira. O estudo revela que as participantes da pesquisa possuem um conhecimento superficial sobre o Teda, os estudantes com cegueira enfrentam dificuldades de aprendizagem matemática e o uso de materiais manipuláveis pode solucionar esses obstáculos.

Ainda no âmbito das pesquisas sobre diversidade escolar, Weschenfelder, Oliveira e Fabris (2021) discutem a prática docente e as relações culturais em escolas localizadas em áreas de fronteira. Os autores destacam que esses ambientes escolares são marcados pela convivência, frequentemente desafiadora, de diversas culturas, etnias e nacionalidades. Além disso, ressaltam que a presença de alunos estrangeiros pode ser vista tanto como uma barreira quanto como uma rica oportunidade de aprendizagem para toda a comunidade escolar.

A questão racial também contribui significativamente para o debate. Alves, Teixeira e Santos (2022) analisam a implementação da Lei nº 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio. O estudo foca as percepções de professores da educação infantil e do primeiro ciclo do ensino fundamental sobre as oportunidades formativas voltadas para essa temática. Apesar de sua relevância, a aplicação da lei enfrenta negligência sistemática em várias redes e instituições de ensino, tanto públicas quanto privadas. Para Alves, Teixeira e Santos (2022), as análises sugerem que essas dificuldades decorrem de fatores como o racismo em suas múltiplas manifestações e a falta de segurança dos educadores, associada à escassez de formações específicas sobre o tema.

As condições do trabalho docente também foram abordadas no período analisado. No estudo de Campos e Palma (2023), são observadas as influências das características profissionais, territoriais e dos sistemas de ensino na satisfação dos professores com o trabalho. Os resultados indicam que a insatisfação laboral está frequentemente vinculada ao mal-estar docente e à síndrome de Burnout, fatores que afetam os professores e a qualidade da educação oferecida.

Essa temática também é explorada no estudo de Moura (2024), que discute os múltiplos papéis assumidos pelos professores na educação integral (EI), como o de pais e psicólogos, para os quais frequentemente não recebem capacitação adequada. Embora Moura (2024) defende a educação integral e suas diferentes adaptações, critica a forma como ela foi implementada em diversas regiões do país. O autor argumenta que, para que a EI seja efetiva, é essencial a elaboração de políticas

públicas que valorizem os professores, oferecendo-lhes acesso a formações continuadas e reconhecimento de sua carreira.

O artigo de Gomes e Cruz (2022) examina a produção acadêmica sobre as condições de trabalho docente e as políticas de carreira na educação básica em países da América Latina, com foco em estudos comparativos. A análise revela que as reformas educacionais têm contribuído para a precarização do trabalho docente, manifestada por meio de desigualdades salariais e contratuais nas escolas públicas. Os estudos destacam, por exemplo, que a remuneração é um fator central para atrair, manter e valorizar os profissionais da educação. Quando inferior à de outras categorias, essa disparidade reforça desigualdades entre as profissões, intensifica a carga de trabalho como forma de complementar a renda e, por consequência, agrava a precarização das atividades pedagógicas e aumenta os riscos à saúde dos docentes.

Outros pontos abordados nesse subtema são a representação do bom professor, que aparece vinculada, entre outros aspectos, a elementos de afetividade, acolhimento, diálogo e respeito (Rosso *et al.*, 2020; Passos; Vasconcellos, 2024); a percepção de docentes, baseada em suas experiências, para o entendimento da evolução do ensino médio (Weller; Silva, 2021); a adequação dos processos educativos no contexto de pandemia (Santos; Mercado, 2023); a reflexão sobre a prática como contribuição ao desenvolvimento do trabalho pedagógico (Zacharias-Carolino; Onofre; Souza Neto, 2023); a análise de diferentes perfis de professores formadores que ensinam Matemática nos cursos de Pedagogia (Alves; Silva, 2024); o estudo sobre as políticas de desenvolvimento profissional do docente universitário (Selbach; Luce, 2022); a certificação dos saberes docentes na educação profissional (Fassina; Wollinger; Allain, 2020); a análise de diretrizes norteadoras para avaliação da práxis docente (Carvalho; Ribeiro, 2022).

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com esse tema, buscou-se trazer discussões relevantes para compreender as abordagens realizadas pelos pesquisadores sobre a formação e profissionalização docente. Para isso, os artigos analisados ofereceram diversas perspectivas sobre o professor, abrangendo temas como identidade profissional, formação, práticas pedagógicas, entre outros. Essas contribuições estimulam reflexões, revisões e construção de novas políticas de ação voltadas à superação dos desafios relacionados à formação e profissionalização docente (Gatti, 2012).

A revista selecionada para a análise dessa temática apresenta significativa contribuição para o cenário educacional brasileiro desde sua fundação, em 1944, até os dias atuais em virtude da

participação de autores que deixaram suas marcas em momentos relevantes da história da educação do país.

As discussões ao longo do período estudado sobre a temática analisada fazem parte do processo de construção de uma formação e profissionalização docente mais robusta, trazendo desafios que envolvem o poder público, a sociedade e o próprio corpo docente. Reconhecer a docência no lugar social que merece exige tempo e, principalmente, o consenso de que a educação é um bem público, um recurso essencial para uma nação que almeja o desenvolvimento (Cericato, 2016).

## REFERÊNCIAS

- AIMI, D. R. S.; MONTEIRO, F. M. A. Desenvolvimento profissional de professores iniciantes: tensões experienciadas no contexto da escola pública. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 103, n. 264, p. 505-525, maio/ago. 2022.
- ALMEIDA et al. Formação continuada na perspectiva inclusiva pela via da pesquisa e extensão: as funções mediadoras da relação teoria e prática na constituição de grupos de estudo-reflexão. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 104, e5699, 2023.
- ALVARENGA, L. A institucionalização da pesquisa educacional no Brasil: estudo bibliométrico dos artigos publicados na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – 1944-74. 1996. 261 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.
- ALVES, L.; TEIXEIRA, D.; SANTOS, W. N. Educação da infância e combate ao racismo: a implementação da Lei nº 10.639/2003 na percepção de professores e professoras. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 103, n. 264, p. 450-465, maio/ago. 2022.
- ALVES, L. L.; SILVA, J. A. Docentes formadores que ensinam Matemática nos cursos de Pedagogia das universidades federais do Brasil: afinal, qual o perfil desses professores? *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 105, e6057, 2024.
- ÁVILA, D. et al. A construção do “ser professor” de Educação Física de docentes em início de carreira da rede municipal de Florianópolis-SC/Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 104, e5508, 2023.
- BARTOCHAK, A. V.; SANFELICE, G. R. Impactos da política pública do Pibid nas trajetórias formativas de ex-bolsistas: uma revisão de literatura. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 104, e5597, 2023.
- BOLSARIN, R.; ARANTES, V. Formação docente e busca por sentido na rede pública educacional brasileira. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 105, e5947, 2024.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 580, de 30 de julho de 1938. Dispõe sobre a organização do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 30 jul. 1938. Seção 1, p. 15169.
- BRITTO, J. M. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP): espelho da ação do Inep. In: MORAES, J. S. (Org.). O Inep na visão de seus pesquisadores. Brasília, DF: Inep, 2008. p. 32-41. (Coleção Inep 70 anos).
- CACETE, N. H.; DURÃES, F. A. A.; MOURA, C. H. O estudo do meio como opção metodológica na formação inicial de professores/as de Geografia: relato de experiência nas cidades históricas do Vale do Rio paraíba do sul paulista. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 102, n. 261, p. 543-563, maio/ago. 2021.

CACHAPUZ, A. F.; SHIGUNOV NETO, A.; SILVA, A. C. Formação inicial de professores de Física no Brasil e em Portugal: uma análise comparativa de modelos de formação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 101, n. 257, p. 146-163, jan./abr. 2020.

CAMPOS, A. C. O.; PALMA, R. C. D. Satisfação com a profissão docente: reflexões iniciais com base nos questionários do Saeb 2019. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 104, e5540, 2023.

CARVALHO, A. O. P.; RIBEIRO, A. P. M. Diretrizes norteadoras para uma avaliação da práxis docente. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 103, n. 263, p. 138-159, jan./abr. 2022.

CAVALCANTI, A. M. M.; CAPECHI, M. C. V. M.; GOMES, V. M. S. Ética e estética em tempos de reafirmar o ser professor: vozes dos que iniciam a carreira. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 103, n. 265, p. 717-738, set./dez. 2022.

CERICATO, I. L. A profissão docente em análise no Brasil: uma revisão bibliográfica. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 97, n. 246, p. 273-289, maio/ago. 2016.

COSTA, L. C. Apresentação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 96, n. 234, p. 287-288, maio/ago. 2012.

FARIA, L. C. M. A partir de Anísio Teixeira: reflexões sobre a educação brasileira. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 103, n. 264, p. 319-333, maio/ago. 2022.

FASSINA, A. P.; WOLLINGER, P.; ALLAIN, O. Certificação de saberes docentes na educação profissional: construção de um projeto-piloto. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 101, n. 259, p. 787-809, set./dez. 2020.

FERREIRA et al. Autoeficácia, satisfação no trabalho, aspectos sociodemográficos e condições de trabalho de docentes-alunos do Parfor. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 101, n. 258, p. 337-358, maio/ago. 2020.

FERREIRA, L. S. Impactos do feminino no trabalho pedagógico no Rio Grande do Sul no século 19. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 105, e5829, 2024.

GANDINI, R. P. C. RBEP (1944-1952): intelectuais, educação e estado. 1990. 342 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, Campinas, 1990.

GATTI, B. A. (Coord.). Professores do Brasil: impasses e desafios. Brasília, DF: Unesco, 2009.

GATTI, B. A. Formação de professores e profissionalização: contribuições dos estudos publicados na Rbep entre 1998 e 2011. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 93, n. 234, p. 423-442, maio/ago. 2012.

GOMES, P. V.; CRUZ, S. P. S. Produção acadêmica sobre as condições de trabalho docente na América Latina (2000-2020). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 103, n. 265, p. 675-696, set./dez. 2022.

GONTIJO et al. Dilemas e contradições das Diretrizes Curriculares Nacionais e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 104, e5694, 2023.

JULIÃO, B. O.; VELASQUEZ, M. V. Estágio de aperfeiçoamento docente no ensino superior: um relato de experiência na licenciatura em Pedagogia. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 105, e5983, 2024.

KISTEMACHER, D. Avaliação e qualidade da educação na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos/Inep (1944-1964)*. 2010. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

LEITE, P. T. P.; TREVISAN, I. Análise de sequências didáticas investigativas produzidas por docentes de Ciências da educação do campo em um contexto de formação continuada. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 105, e5815, 2024.

LEME, E. S.; TOLEDO, M. S. Pedagogia colaborativa: interconexões entre formação e ação docente com vistas à inclusão. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 105, e6049, 2024.

LIBARDI, S. S.; GOMES, C. M.; ARAUJO, A. P. S. A colaboração em pesquisa como ferramenta metodológica para formação de professores/as na licenciatura. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 102, n. 260, p. 243-262, jan./abr., 2021.

LIMA, A. et al. Como ajudar professores do magistério superior a transformar metodologias passivas em metodologias ativas na sala de aula: a prática da Clínica da Atividade Docente em foco. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 104, e5468, 2023.

LUZ, A. R.; BEGO, A. M. A invisibilidade de professores supervisores da educação básica: estudo sobre um subprojeto de Química do Pibid. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 105, e5805, 2024.

MAIA, S. D. B. et al. Transtorno do desenvolvimento da coordenação: o desempenho escolar de adolescentes sob a percepção docente. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 104, e5690, 2023.

MAIA, S. D. B.; SOUZA, C. J. F.; FERREIRA, L. F. Percepção do docente e o Transtorno do Desenvolvimento da Coordenação: um estudo de revisão integrativa. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 102, n. 261, p. 398-414, maio/ago. 2021.

MAMCASZ-VIGINHESKI, L. V. et al. Transtornos específicos da aprendizagem em matemática e cegueira: um estudo com professores da educação especial. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 105, e6011, 2024.

MARQUES, E. S. A.; MARTINS, M. N. F. Didática na educação infantil: mediação para humanização de crianças. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 105, e5781, 2024.

MARTINS, E. P. N.; TEIXEIRA JUNIOR, J. G. Análise das contribuições da disciplina de Didática Geral para a formação de professores de Química. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 102, n. 261, p. 486-502, maio/ago. 2021.

MEDEIROS, A. M. T. et al. Formação inicial de professores: abordagens e suas implicações para o processo educativo. *IOSR Journal Of Humanities And Social Science*, [s. l.], v. 29, n. 6, p. 42-45, 2024.

MOURA, A. C.; BORBA, S. M. V. O processo de institucionalização da pesquisa educacional no Brasil a partir da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos: argumentos, debates e iniciativas. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 103, n. 263, p. 17-36, jan./abr. 2022.

MOURA, R. M. Práticas discursivas de objetivação e subjetivação no dispositivo da educação integral: identidades e resistências docentes. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 105, e5866, 2024.

NEITZEL, A. A.; PAREJA, C. J. M.; SANTOS, A. D. A formação inicial do(a) futuro(a) professor(a) de Letras: a mediação de leitura em foco. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 103, n. 263, p. 160-180, jan./abr. 2022.

ORTIZ, G. S.; DENARDIN, L.; SAVI NETO, P. Sistemas Apostilados de Ensino e a autonomia ilusória: reflexões à luz de José Contreras. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 102, n. 262, p. 607-625, set./dez. 2021.

PASSOS, P. G.; VASCONCELLOS, M. Professores(as) marcantes em pauta: um olhar à luz das perspectivas dos estudantes da educação básica. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 105, e5814, 2024.

PEREIRA, M. F. R.; PEIXOTO, E. M. M. A formação e o trabalho de professores: espaço da luta de classes. Caxambu, 2009. Disponível em: <http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT09-5853--Int.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2025.

QUINTANILHA, L. F. et al. Formação e envolvimento docente no ensino superior brasileiro em Saúde: fragilidades e fortalezas. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 104, e5293, 2023.

RECH, R. A. C.; BOFF, E. T. O. A constituição da identidade docente e suas implicações nas práticas educativas de professores de uma universidade comunitária. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 102, n. 262, p. 642-667, set./dez. 2021.

ROCATELI, A. et al. Trabalho pedagógico nos cursos de licenciatura da Universidade Estadual de Londrina: metodologias em questão. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 101, n. 259, p. 752-770, set./dez. 2020.

ROTHEN, J. C. O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos: uma leitura da RBEP. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 86, n. 212, p. 189-224, jan./abr. 2005.

ROSSI, F.; HUNGER, D. Identidade docente e formação continuada: um estudo à luz das teorias de Zygmunt Bauman e Claude Dubar. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 101, n. 258, p. 313-336, maio/ago. 2020.

ROSSO, A. J. et al. Representações sociais de trabalhadores com baixa escolaridade sobre o trabalho docente. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, DF, v. 101, n. 258, p. 359-381, maio/ago. 2020.

SANCHEZ, L. M. C.; LEAL, F. S. F. Licenciatura em Educação Básica Intercultural": avanços, desafios e potencialidades na formação superior de professores indígenas. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, DF, v. 102, n. 261, p. 357-375, maio/ago. 2021.

SANTOS, V. C. B.; SANTOS, D. M. B. Saberes docentes para uma pedagogia do sentido na vida. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, DF, v. 105, e5831, 2024.

SANTOS, W.; MERCADO, L. P. L. Ensino on-line emergencial num contexto de crise provocada pela covid-19: vivências de professores da educação básica em Alagoas. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, DF, v. 104, e5514, 2023.

SARAIVA, K.; LAUX, G.; CUNHA, D. V. Cidadania na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1944-1964). Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, DF, v. 104, e5352, 2023.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. Revista Brasileira de Educação, [s. l.], v. 14, n. 40, p. 143-155, jan./abr. 2009.

SCHWINGEL, T. C. P. G.; ARAUJO, M. C. P. Educação em Saúde na escola: conhecimentos, valores e práticas na formação de professores. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, DF, v. 102, n. 261, p. 465-485, maio/ago. 2021.

SELBACH, P. T. S.; LUCE, M. B. As políticas de desenvolvimento profissional do docente universitário em cinco universidades federais do Sul do Brasil: concepções e desafios. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, DF, v. 103, n. 264, p. 526-549, maio/ago. 2022.

SGUISSARDI, V.; SILVA JUNIOR, J. R. A produção intelectual sobre educação superior na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP): período 1968-1995. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, DF, v. 79, n. 193, p. 95-112, set./dez. 1998.

SILVA, M. C. M.; GUILHERME, A. A.; BRITO, R. O. A Base Nacional de Formação Docente e o curso de Pedagogia: cenários e perspectivas da formação inicial de pedagogos no Brasil. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, DF, v. 104, e5273, 2023.

SOUZA, C. O.; FERREIRA, N. V. C. Formação de professoras rurais em Mato Grosso e no Território Federal do Guaporé, no Centro-Oeste e Norte brasileiros (1941-1947). Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, DF, v. 103, n. 264, p. 299-318, maio/ago. 2022.

SOUZA, C. E. L. et al. Editorial: RBEP 2023, importantes passos em sua longa travessia. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, DF, v. 104, e5604, 2023.

SOUZA, L.; CRUZ, G. B. Pedagogas iniciantes e a multidisciplinaridade nos anos iniciais do ensino fundamental. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, DF, v. 104, e5565, 2023.

SUASSUNA, L. O ensino de análise linguística por estagiários da licenciatura em Letras. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, DF, v. 101, n. 257, p. 57-78, jan./abr. 2020.

TEIXEIRA et al. Entre pesquisa e docência: notas sobre o projeto formativo stricto sensu em Educação Física. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 101, n. 267, p. 164-181, jan./abr. 2020.

TIROLI, L. G.; SANTOS, A. R. J. A formação didático-pedagógica de professores do ensino jurídico: análise sobre as percepções de docentes a respeito do estágio docente vivenciado no âmbito da pós-graduação stricto sensu em Direito. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 104, e5431, 2023.

VIEIRA et al. As contribuições de Meirieu para a formação continuada de professores e a adoção de práticas pedagógicas inclusivas. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 101, n. 258, p. 503-522, maio/ago. 2020.

XIMENES, P. A. S.; MELO, G. F. BNC-Formação de Professores: da completa subordinação das políticas educacionais à BNCC ao caminho da resistência propositiva. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 103, n. 265, p. 739-763, set./dez. 2022.

WELLER, W.; SILVA, C. V. C. Ensino médio público no passado e no presente: visões de docentes de distintas gerações do Distrito Federal. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 102, n. 260, p. 63-81, jan./abr. 2021.

WESCHENFELDER, V. I.; OLIVEIRA, J. F.; FABRIS, E. T. H. Docência e relações interculturais na fronteira Brasil-Venezuela. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 102, n. 262, p. 668-688, set./dez. 2021.

ZACHARIAS-CAROLINO, A. G.; ONOFRE, M. R.; SOUZA NETO, S. Análise de prática como dispositivo de formação de uma professora alfabetizadora. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 104, e5548, 2023.